

TERRA PARA ESTRANGEIROS

***Roberto Rodrigues**

Em pleno funcionamento da Rio +20, em que a segurança alimentar terá destaque, o Congresso Brasileiro discute o complicado tema da compra de terras por estrangeiros. O assunto foi votado esta semana na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e de lá irá para outras Comissões até chegar ao Plenário.

Não é um tema fácil, porque está um pouco ideologizado, sob o conceito de alguns de que a terra do Brasil só deve pertencer a brasileiros. Como se um japonês comprasse terra aqui e ela fosse embora para o Japão, por exemplo. A terra cultivada aqui vai gerar empregos aqui e consumir insumos produzidos aqui, vai exportar produtos que melhorarão nosso saldo comercial, etc. É claro que, por outro lado, não se deve permitir a mera especulação imobiliária, que seria inaceitável, mas já existem leis e regras para impedir isso, inclusive a desapropriação das terras improdutivas para fins de reforma agrária.

Seja como for, este problema tem que ser resolvido, e uma legislação específica é fundamental: não podemos deixar aí um vazio jurídico nem permitir que a xenofobia trave a agropecuária brasileira.

Enquanto isso, a FAO, órgão da agricultura e alimentação das Nações Unidas, depois de 3 anos de longos debates sobre o mesmo tema, estabeleceu, já em abril passado, o que chamou de “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável de Posse da Terra, Recursos Pesqueiros e Florestais em um Contexto de Segurança Alimentar Nacional”... Nome longo para assunto polêmico.

Foram ouvidas quase 700 pessoas de 133 países, e foi difícil obter um documento de consenso, dados os interesses divergentes entre as diversas regiões do planeta.

As Diretrizes são Voluntárias, e cada país as aplicará se quiser, e de acordo com suas próprias legislações, e estão assim alinhadas:

1 – Princípios Gerais (o Estado deve proporcionar):

- Reconhecer e proteger os direitos legítimos de propriedade, mesmo em sistemas informais, inclusive contra ameaças e violações.
- Promover e facilitar o exercício dos direitos de posse legítima, proporcionando o acesso à justiça para lidar com infrações a tais direitos, e restituindo terras a pessoas que foram expulsas à força no passado.
- Prevenir conflitos violentos de posse e de corrupção.

2 – Princípios essenciais de Implementação da governança responsável da posse da terra:

- Dignidade humana: o reconhecimento da dignidade e da igualdade de direitos humanos inerentes e inalienáveis de todos os indivíduos.
- Não discriminação: ninguém deve ser objeto de discriminação de nenhum tipo.
- Equidade e justiça: reconhecer as diferenças entre os indivíduos e buscar seu equilíbrio por todos os meios.

- Igualdade de gêneros: os Estados devem assegurar que as mulheres tenham igualdade de direitos de posse e acesso a terra, independente de seu estado civil e conjugal.

- Abordagem sustentável: adotar uma abordagem integrada e sustentável na administração dos recursos naturais e seus usos.

- Consulta e participação: apoiar aqueles que, tendo direitos de posse legítima, poderiam ser afetados por decisões tomadas por terceiros interessados.

- Estado de direito: enfoque baseado em regras e leis amplamente divulgadas e aplicáveis a todos

- Transparência: definição clara e ampla divulgação de políticas, leis e procedimentos aplicáveis, em formatos acessíveis a todos.

- Prestação de contas: assegurar que indivíduos, agências públicas e atores/intervenientes não estatais sejam responsáveis por suas ações e decisões.

- Melhoria contínua: os Estados devem melhorar os mecanismos para monitoramento e análise da governança de posse.

As orientações também abrangem uma ampla gama de outras questões, como as desapropriações e restituição de terras a pessoas que foram expulsas à força no passado, e os direitos das comunidades indígenas.

Todos estes temas tratados pela FAO deverão ser considerados pelo nosso Parlamento, observadas, evidentemente, as condições específicas de nossa brasilidade e os interesses nacionais verdadeiros.

*** Embaixador Especial da FAO para o Cooperativismo, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**